

PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
I EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO DE RESIDÊNCIA JURÍDICA -
DPE-BA

PROVA ANALÍTICO EXPOSITIVA – ABORDAGENS DE RESPOSTAS À PROVA DISCURSIVA

A Prova de Conhecimento Discursiva pretende que o candidato demonstre a capacidade de observação, raciocínio dedutivo e indutivo, análise interpretação de dados e fatos, reflexão crítica e criativa, organização de ideias e conhecimento de relações com clareza, através da escrita.

Para responder à Prova, o candidato teve como base os Textos Motivadores I, II e III e os enunciados das questões constantes nos itens 1,2 e 3.

A seguir estão sistematizados aspectos, habilidades e competências essenciais para resolução das questões que compõem a Prova.

Questão 01	
Abordagens de Resposta à Questão	Total de Pontos
<ul style="list-style-type: none"> O candidato deve admitir que o comportamento do camponês de Kafka é comparável aos brasileiros sedentos do acesso à saúde, elencando argumentos que comprovem sua tese enfocando a pandemia e a debilidade de políticas públicas que sejam capazes do enfrentamento eficaz para o seu combate. Deve ainda associar o comportamento do Camponês da parábola presente no Texto I como uma tentativa de retratação dos brasileiros que, na pandemia da Covid 19, estão perecendo sem o devido atendimento nos sistemas público e privado de saúde. Feita a contextualização, o candidato deve considerar que os direitos humanos de primeira geração se encontram consubstanciados nas liberdades individuais, ao impor limitações ao poder estatal em face dos indivíduos - razão de ser da sociedade politicamente organizada -, tem-se que a problemática encontrada nos Textos I e II diz respeito a não prestação de direito abarcado pela segunda geração dos Direitos Humanos. Refere-se à exigência de atuação estatal, a fim de propiciar o bem maior da coletividade. 	30

Questão 2	
Abordagens de Resposta à Questão	Total de Pontos
<ul style="list-style-type: none"> O candidato deve reconhecer, no Texto II, que, no que tange a Responsabilidade Civil do Estado (art. 37, § 6º da CF/88), a teoria predominante na doutrina brasileira é a do risco administrativo – a qual consiste em atribuir ao Estado o risco criado pela sua atividade administrativa. e, para tanto, exige os seguintes requisitos: ocorrência do dano; ação ou omissão administrativa; existência de nexo causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa e ausência de causa excludente da responsabilidade estatal. 	40

<ul style="list-style-type: none"> • Quanto a Justiciabilidade dos Direitos Humanos na perspectiva dos Direitos Sociais na CF/88, o candidato deverá discorrer sobre a possibilidade de exigir os Direitos Sociais no judiciário como forma de suprir a lacuna promovida pela Administração Pública, em face da ausência de ações positivas/políticas públicas que efetivem essas garantias universais para promoção do bem estar social, ocupando o Direito/Judiciário lugar que extrapola a neutralidade e a inércia governamental. <p>O candidato deve ainda admitir que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da Defensoria Pública (art. 3ª da LC 80/94) que garantem à instituição o pleno exercício da promoção e defesa dos direitos dos necessitados, contra ingerência de outros poderes. Assim, devendo obediência à CF/88 e às leis. • A Defensoria Pública tem papel fundamental para garantir o direito constitucional à saúde, sendo instituição atuante na defesa dos direitos individuais e coletivos (art. 134 da CF) e considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia (art. 138, caput, CPC), poderá contribuir na condição de <i>amicus curiae</i> - modalidade de intervenção de terceiros positivada no art. 138 do CPC -, inclusive, em ações envolvendo a pandemia da Covid19, de acordo com os poderes definidos pelo juízo da decisão que solicitar ou admitir a intervenção (art. 138, § 2º, CF/88). 	
--	--

Questão 3	
Abordagens de Resposta à Questão	Total de Pontos
<p>Espera-se que o candidato reconheça que</p> <ul style="list-style-type: none"> • A vida constitui a fonte primária de todos os outros bens jurídicos e que de nada adiantaria a CF/88 assegurar outros direitos fundamentais, como igualdade e liberdade, por exemplo, se antes não erigisse a vida humana entre tais direitos. Diante disso, as medidas restritivas, contribuindo para a redução dos casos de contaminação pelo vírus da Covid19 e para a não ocorrência do colapso do sistema de saúde do país, encontram respaldo no Ordenamento Constitucional Brasileiro. • Por meio das medidas restritivas o Estado, ao salvaguardar os direitos à segurança (art. 5º, caput, da CF/88) - baseado no dever de garantia à proteção/incolumidade das pessoas -, e à saúde (art. 6º, caput, CF/88) - formulando e dando cumprimento a políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde -, também estará dando efetividade ao direito à vida. • As medidas restritivas encontram respaldo no texto constitucional, posto que, em síntese, protegem o bem-estar da coletividade, pavimentando-se nos direitos à saúde, à segurança e à vida. Por fim, considerando os crimes contra a Administração Pública, o agente que realiza a conduta violadora da medida restritiva expressa no Texto III, pode ser enquadrado, com base no artigo 330 do CP, no crime desobediência por não acatar ordem legal de funcionário público, sendo suscetível à pena de detenção de 15 (quinze) dias a 06 (seis) meses ou multa. 	30